

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 109.261 - CE (2019/0067014-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : FRANCISCO RAFAEL DE SOUSA (PRESO)
ADVOGADO : JULIO BERNARDINO DA SILVA NETO - CE031726
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ
INTERES. : FRANCISCO INACIO DE FREITAS MARCIANO
INTERES. : FRANCISCO JONES DA COSTA
ADVOGADO : JEFFERSON VASCONCELOS FREITAS - CE032713

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por FRANCISCO RAFAEL DE SOUSA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará no julgamento do HC n. 0620400-80.2019.806.0000.

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso em flagrante em 4/1/2019 por ter supostamente praticado os delitos tipificados no art. 163, parágrafo único, inciso III; art. 180; art. 250, § 1º, inciso II e art. 288, todos do Código Penal (dano contra patrimônio público, receptação, incêndio em edifício público e associação criminosa) e art. 244-B da Lei n. 8.069/90 (corrupção de menores). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO. RECEPÇÃO. INCÊNDIO QUALIFICADO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGATIVA DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NÃO CONFIGURADO. PRESENÇA DOS REQUISITOS PARA A MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA. PERICULOSIDADE EVIDENCIADA PELO MODUS OPERANDI. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA EXTREMA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312, do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

2. No caso, percebe-se que o douto magistrado fundamentou de forma suficiente, a imposição da medida extrema em desfavor dos

Superior Tribunal de Justiça

acusados, em conexão com a realidade do expediente policial apresentado, visto que manifesta a necessidade de se garantir a ordem pública, ante a probabilidade do pacientes, terem participações em facções criminosas, o que demonstra, portanto, suas periculosidades.

3. Diga-se ainda que a indicação do modus operandi, que revela a periculosidade dos pacientes, no qual em associação criminosa e na companhia de um adolescente, com a finalidade de cometer crimes de dano ao patrimônio público, configura-se elemento que fundamenta a prisão.

4. Condições subjetivas favoráveis, conquanto não assegurem eventual direito à soltura, elevem ser valoradas na análise da aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, quando não demonstrada a imprescindibilidade da medida constritiva.

5. Portanto, entendo devidamente fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva dos pacientes, vez que claramente demonstrada a necessidade da segregação cautelar para garantia da ordem pública, sendo, portanto inviável a aplicação de medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP, no presente caso.

6. Ordem conhecida e denegada (fl. 139).

No presente recurso, assevera que a autoridade policial não foi capaz de individualizar a conduta dos investigados, atribuindo a todos os mesmos tipos penais apesar das condições de cada flagrante serem distintas.

Alega que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, uma vez que pautado exclusivamente na gravidade abstrata do delito. Sustenta ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do recorrente e aponta suficiência, no caso concreto, da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante imposição de medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Indeferida a liminar (fls. 163/165), as informações foram prestadas (fls. 169/171) e o Ministério Público Federal se manifestou pelo desprovimento do recurso (fls. 183/187).

Ressalta-se, ainda, que às fls. 263/266 a defesa pleiteou pedido de reconsideração, o qual foi indeferido (fls. 269/270).

É o relatório.

Decido.

De início, quanto a fundamentação da custódia cautelar, cumpre ressaltar que foi formulado pedido idêntico em benefício do mesmo recorrente, juntamente com

Superior Tribunal de Justiça

outros corréus, no HC 493.522/CE, referente ao mesmo julgado.

Assim, tendo o presente recurso a mesma parte e questionando matéria anteriormente arguida no referido *habeas corpus*, o qual diz respeito à mesma ação penal de origem e impugna, inclusive, o mesmo julgado, resta configurada inadmissível reiteração, o que impede o conhecimento das alegações. Confira-se a jurisprudência pacífica deste Tribunal:

AGRAVO REGIMENTAL. HABEAS CORPUS. NÃO CONHECIMENTO. INDEFERIMENTO LIMINAR. OFENSA AO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO CONFIGURAÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 34, XX, DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. TRÁFICO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE AUTORIA E MATERIALIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. SÚMULA N. 52/STJ. COAÇÃO ILEGAL NÃO CONFIGURADA. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A via eleita revela-se inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

2. O art. 34, XX, do Regimento Interno desta Corte Superior, autoriza o relator a decidir o *habeas corpus* quando for manifestamente inadmissível, exatamente como ocorre na espécie, inexistindo prejuízo à parte, já que dispõe do respectivo regimental, razão pela qual não se configura ofensa ao princípio da colegialidade.

3. As alegações de inexistência de prova da materialidade delitiva e de indícios de autoria, de falta de fundamentação e de requisitos para a manutenção da prisão cautelar ou da possibilidade de sua substituição por outras medidas cautelares já foram analisadas no RHC n. 88.794/SP e do HC n. 464.390 decididos anteriormente, o que configura a simples reiteração de pedido, o que autoriza o indeferimento liminar do writ.

4. A prolação de sentença condenatória prejudica a análise de eventual excesso de prazo para a formação da culpa, nos termos do enunciado sumular n. 52 do Superior Tribunal de Justiça.

5. Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 505.142/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 06/06/2019).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. NULIDADE DA SENTENÇA. ABSOLVIÇÃO. REITERAÇÃO DE PEDIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

I - A inicial do presente mandamus pugna pelo

Superior Tribunal de Justiça

reconhecimento da nulidade da sentença e pela absolvição do paciente, sendo esse o mesmo pedido formulado no HC n. 334.031/SP, o que configura reiteração de pedido, processualmente inadmissível.

II - Ademais, há também, no caso, supressão de instância, uma vez que o eg. Tribunal a quo não se pronunciou sobre as matérias ventiladas no presente writ, o que impede a análise, por esta Corte Superior de Justiça, pela vez primeira, de temas não debatidos pelas instâncias ordinárias.

Agravo regimental desprovido (AgRg no HC 335.596/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 04/04/2016).

Noutra banda, com relação às alegações de ausência de indícios de autoria e materialidade, tal análise demanda o exame aprofundado de todo conjunto probatório como forma de deconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos, sobre a existência de provas suficientes para ensejar uma possível condenação do recorrente, bem como a respeito da sua participação na empreitada criminosa, providência inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do *habeas corpus* e do recurso em *habeas corpus*, que não admitem dilação probatória.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DUPLO HOMICÍDIO QUALIFICADO. MOTIVO TORPE. PROMESSA DE RECOMPENSA. RECURSO QUE DIFICULTOU OU TORNOU IMPOSSÍVEL A DEFESA DA VÍTIMA. PRISÃO TEMPORÁRIA CONVERTIDA EM PREVENTIVA. ALEGADA OFENSA À LEI N. 9.807/99. ANÁLISE APROFUNDADA DA PROVA. INVIABILIDADE. TESTEMUNHAS ANÔNIMAS. POSSIBILIDADE. FRAGILIDADE DOS INDÍCIOS DE AUTORIA. MATÉRIA CUJA ANÁLISE DEMANDA REVOLVIMENTO DO CONJUNTO PROBATÓRIO. VIA INADEQUADA. SEGREGAÇÃO FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CIRCUNSTÂNCIAS DO EVENTO DELITUOSO. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE DIFERENCIADA. SEGREGAÇÃO FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INADEQUAÇÃO E INSUFICIÊNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. RECLAMO DESPROVIDO.

1. A aventada ofensa à Lei n. 9.807/99 dependeria de ampla análise probatória, a definir se houve ou não ameaça a testemunhas, o que é vedado na via eleita. Atestando as instâncias ordinárias a ocorrência de coação aos depoentes, não se pode concluir de maneira diversa, alterando a matéria fática em indevida análise aprofundada da prova.

Superior Tribunal de Justiça

2. Não há que se falar em ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório quando o sigilo das investigações decorre da necessidade de se resguardar a integridade física das testemunhas, ameaçadas e coagidas pelo suposto executor do delito.

3. **É cediço que para a decretação da prisão preventiva basta a comprovação da existência do crime e de indícios suficientes da autoria delitiva, não se exigindo, nesta fase processual, provas concludentes quanto a tais pressupostos, pois reservadas à condenação criminal.**

4. **Não é viável, nesta via estreita, analisar profundamente a matéria fática e provas, o que inviabiliza o exame da tese de negativa de autoria.**

5. Não há constrangimento quando a manutenção da custódia preventiva está fundada nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente na necessidade de se acautelar a ordem pública, vulnerada em razão das graves circunstâncias em que ocorrido o fato criminoso (*modus operandi*), indicativas da periculosidade social do réu.

6. No caso, as circunstâncias em que se deram os crimes - em que o recorrente é acusado de ser o mandante de duplo homicídio, que foi executado por corréu, com promessa de recompensa, por motivo torpe (dívida de tráfico) e mediante recurso que dificultou ou impossibilitou a defesa da vítima (disparos à queima roupa) -, além da notícia de ameaças às testemunhas, evidenciam a reprovabilidade acentuada da conduta imputada ao agente, bem como a sua efetiva personalidade violenta e periculosidade social, mostrando que a prisão é devida para se acautelar a ordem pública.

7. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade.

8. Incabível a aplicação de cautelares diversas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal quando a segregação encontra-se justificada para acautelar o meio social, diante da gravidade efetiva dos delitos.

9. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido (RHC 93.838/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 04/02/2019).

RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. TESE DE NEGATIVA DE AUTORIA E DE ILICITUDE DA PROVA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. PERICULOSIDADE DO RÉU, ACUSADO DE SER O MANDANTE DO CRIME. HISTÓRICO CRIMINAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. EXCESSO DE PRAZO. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA. VÍCIOS SUPERADOS PELA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. USO IRREGULAR DE

Superior Tribunal de Justiça

ALGEMAS E PRISÃO DOMICILIAR. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE ESTADUAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PARECER ACOLHIDO.

1. A análise das teses de negativa de autoria e ilicitude da prova implica indevido reexame do conjunto fático-probatório, inviável nesta via.

2. A prisão cautelar só pode ser imposta ou mantida quando evidenciada, com explícita e concreta fundamentação, a necessidade da rigorosa providência.

3. In casu, a prisão cautelar foi mantida pelas instâncias ordinárias, especialmente para a garantia da ordem pública, pois demonstrada a periculosidade do recorrente, integrante de facção criminosa e acusado de ser o mandante do crime, motivado por dívidas relacionadas ao tráfico de drogas. Sem falar que ele responde por crimes de organização criminosa, homicídio qualificado e extorsão. Assim, não há ilegalidade a ser suprida por esta Corte.

4. Não há dados nos autos que indiquem que o Magistrado de piso esteja sendo desidioso no andamento da ação penal, não havendo falar, então, em excesso de prazo.

5. Possíveis vícios contidos na ausência de audiência de custódia, nos termos da jurisprudência desta Corte, ficam superados com a decretação da prisão preventiva. 6. As questões acerca do uso irregular de algemas e da prisão domiciliar não foram objeto de análise pelo Tribunal de Justiça. Assim, a análise dessa matéria, nesta Corte, implicaria indevida supressão de instância.

7. Recurso em habeas corpus improvido (RHC 106.000/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 15/05/2019).

Por fim, o alegado excesso prazal no oferecimento da denúncia, alegado pela defesa no pedido de reconsideração, não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*, ficando esta Corte impedida de apreciar o tema sob pena de incidir em indesejada supressão de instância.

No mesmo sentido:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. EXCESSO DE PRAZO PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA.

1. A questão atinente ao excesso de prazo para o oferecimento da denúncia não foi apreciada pela Corte estadual, circunstância que inviabiliza seu exame neste recurso, por configurar indevida supressão de instância. Além disso, verifica-se, com base na

Superior Tribunal de Justiça

consulta à página eletrônica do Tribunal de origem, que a inicial acusatória já foi ofertada.

2. A prisão preventiva possui natureza excepcional, sempre sujeita a reavaliação, de modo que a decisão judicial que a impõe ou a mantém, para compatibilizar-se com a presunção de não culpabilidade e com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade individual quanto a segurança e a paz públicas -, deve ser suficientemente motivada, com indicação concreta das razões fáticas e jurídicas que justificam a cautela, nos termos dos arts. 312, 313 e 282, I e II, do Código de Processo Penal.

[...]

4. Ordem denegada (HC 504.566/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 23/09/2019).

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. EXCESSO DE PRAZO PARA O OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. TESES NÃO EXAMINADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM NO ACÓRDÃO COMBATIDO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. FRAGILIDADE DAS PROVAS DA MATERIALIDADE E DOS INDÍCIOS DE AUTORIA. INVIABILIDADE DE ANÁLISE NA VIA ELEITA. ENCARCERAMENTO FUNDADO NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. GRAVIDADE ACENTUADA DA CONDUTA. CUSTÓDIA FUNDAMENTADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. COAÇÃO ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. WRIT NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. Inviável a apreciação do alegado excesso de prazo para o oferecimento da denúncia e da aventada possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância, tendo em vista que tais questões não foram analisadas no aresto combatido.

[...]

8. Habeas corpus não conhecido (HC 500.238/GO, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 22/08/2019).

Ante o exposto, nego provimento ao presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

